

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício de 31 de dezembro de 2018

1. Identificação da Identidade

Associação Flor Tâmega Para Apoio a Deficientes, pessoa coletiva número 504229265, é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, tem sede na quinta da trindade, lote 58, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo conselho fiscal e pela Assembleia Geral na reunião de 27 de março 2019.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2) Indicação e justificação das disposições do SNC que em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do ano anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Associação Flor Tâmega Para Apoio a Deficientes, na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

3.2. Políticas de mensuração e reconhecimento

3.2.1. Ativos fixos tangíveis


Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	20
EQUIPAMENTO BÁSICO	5 A 10
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	4 A 6
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 A 10
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5 A 10



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.3. Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de Impostos, abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.4. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

AC Gt

3.2.5. Provisões

À data de relato financeiro dos períodos, a entidade não apresentava quaisquer obrigações presentes legais ou construtivas resultantes de acontecimentos passados, para as quais devesse reconhecer provisões nas suas demonstrações financeiras ou divulgadas neste anexo.

3.2.6. Impostos sobre Rendimento

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC, decorrente deste enquadramento não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros.

3.2.7. Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber e a pagar” e em “Diferimentos”

3.2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários imediatamente realizáveis.

3.3. Principais estimativas e suas fontes de incerteza

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

AL GT

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e método de depreciação) e eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros.

4. Fluxos de caixa

A rubrica de caixa da instituição em 31 dezembro 2018 e 2017 apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Numerário	866,32	1 448,51
Depósitos bancários	153 836,14	199 684,25
	<u>154 702,46</u>	<u>201 132,76</u>

5. Ativos fixos tangíveis

A rubrica de ativos fixos tangíveis da instituição em 31 dezembro 2018 e 2017 apresenta os seguintes movimentos

	2018						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial		6 934,28	72 355,90	24 785,11	14 633,24	6 662,85	125 371,38
Aquisições				14 000,00			14 000,00
Doações	82 687,50	251 831,22					334 518,72
Alienações				-6 500,00			-6 500,00
Saldo final	<u>82 687,50</u>	<u>258 765,50</u>	<u>72 355,90</u>	<u>45 285,11</u>	<u>14 633,24</u>	<u>6 662,85</u>	<u>467 390,10</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial		6 934,28	72 355,90	24 069,44	13 112,20	3 615,81	120 087,63
Alienações				-6 500,00			-6 500,00
Amortizações do exercício		91,92		238,56	253,51	489,88	1 073,87
Saldo final		<u>251 739,30</u>		<u>0,00</u>	<u>1 267,53</u>	<u>2 557,16</u>	<u>352 728,60</u>

DC A

Associação Flor Tâmega Apoio Deficientes
IPSS – Registo nº 38/2006 de 29 março

2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial		10.703,00	72.373,26	23.830,88	14.633,24	5.255,15	126.795,53
Aquisições				954,23		1.407,70	2.361,93
Saldo final		10.703,00	72.373,26	24.785,11	14.633,24	6.662,85	129.157,46
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial		6.231,66	72.373,26	23.830,88	12.858,69	3.124,67	118.419,16
Amortizações do exercício		702,62		238,56	253,51	491,14	1.685,83
Saldo final		3.768,72		715,67	1.521,04	3.047,04	9.052,47

A instituição em 31 dezembro 2018 tinha 4.079,94 euros na rubrica de investimentos financeiros (Fundos de compensação)

6. Ativos financeiros

A rubrica de ativos financeiros da instituição em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresenta a seguinte composição:

ACTIVOS FINANCEIROS	31/12/2018		31/12/2017	
	Montante bruto	Montante líquido	Montante bruto	Montante líquido
Disponibilidades:				
Caixa	866,32	866,32	1.448,51	1.448,51
Depositos à Ordem	38.836,14	56.297,12	44.684,25	44.684,25
Outros depósitos bancários	115.000,00	115.000,00	155.000,00	155.000,00
	154.702,46	172.163,44	201.132,76	201.132,76
Outras contas a receber	25.093,97	25.093,97	0,00	0,00
	179.796,43	179.796,43	0,00	0,00
	179.796,43	179.796,43	201.132,76	201.132,76

7. Diferimentos ativos

A rubrica de diferimentos ativos da instituição em 31 dezembro de 2018 e 2017 apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Diferimentos	416,33	1.737,97
	416,33	1.737,97

8. Fundos Patrimoniais

A rubrica fundos patrimoniais da instituição em 31 dezembro de 2018 e 2017 apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Fundos Patrimoniais		
Reservas	25 167,38	25 167,38
Resultados Transitados	167 158,81	157 403,97
Doações	346 750,00	16 000,00
Total	539 076,19	198 571,35
Resultado líquido período	-16 084,97	9 754,84
	<u>522 991,22</u>	<u>208 326,19</u>

Em 2018 foi registado 330.750,00€ na rubrica doações, relativo à escola doada pelo município de chaves para construção do centro de atividades operacionais e lar residencial.

9. Passivos financeiros

A rubrica de passivos financeiros da instituição em 31 dezembro de 2018 e 2017 apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Passivos Financeiros		
Estado e outros entes públicos	12 446,10	6 442,88
Fornecedores	189,64	41,88
Outras Contas a pagar	1 403,24	0,00
	<u>14 038,98</u>	<u>6 484,76</u>

10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica do estado e outros entes públicos da instituição em 31 dezembro 2018 e 2017 apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		1 457,99		1 692,49
Contribuições para a Segurança Social		4 769,66		4 750,39
Tributos das autarquias locais		6 218,45		
Retenção Juros Credores	8,90		0,00	
	<u>8,90</u>	<u>12 446,10</u>	<u>162,67</u>	<u>6 442,88</u>

11. Redito

A rubrica de rédito reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Redito		
Prestação de serviços	21 605,00	19 157,20
Juros, dividendos e outros rend.	35,58	0,00
	<u>21 640,58</u>	<u>19 157,20</u>

12. Subsídios recebidos

A rubrica de subsídios reconhecidos pela instituição em 31 dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Subsídios		
Instituto S. Social I.P	325 239,45	320 237,40
Município de Chaves	25 075,00	25 000,00
Instituto Emprego F. P	<u>2 727,01</u>	<u>2 263,80</u>
	<u>353 041,46</u>	<u>347 501,20</u>

13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “fornecimentos e serviços externos” reconhecidos pela instituição nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecimentos Serviços Externos		
Serviços Especializados	28 525,92	24 288,16
Materiais	4 510,66	4 426,42
Energia e Fluidos	10 342,94	7 614,01
Deslocações, estadas e transportes	21 807,78	21 077,64
Serviços diversos	18 875,63	16 226,25
Outros	<u>22 379,03</u>	<u>21 483,84</u>
	<u>106 441,96</u>	<u>95 116,32</u>

14. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” a apresentada pela instituição nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

Associação Flor Tâmega Apoio Deficientes
IPSS – Registo nº 38/2006 de 29 março

	2018	2017
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	225 653,84	222 626,84
Encargos sobre remunerações	45 987,99	45 324,49
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	2 108,71	1 596,52
Gastos de ação social	676,80	676,80
	<u>274 427,34</u>	<u>270 224,65</u>

A instituição em 31 dezembro 2018 tinha 17 funcionários e em 2017 16.

15. Depreciações

A rubrica “gastos / reversões de depreciação” nos exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017 é conforme segue:

Ativos fixos tangíveis:

	2018	2017
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		
Ativos fixos tangíveis	1 073,87	1 685,83
	<u>1 073,87</u>	<u>1 685,83</u>

16. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica decomposição da rubrica de “outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Outros rendimentos e ganhos		
Alienações investimentos não financeiros	2 500,00	0,00
Excesso da estimativa para imposto	0,34	17,36
Donativos	8 485,33	9 528,29
Quotizações	125,00	820,00
	<u>11 110,67</u>	<u>10 365,65</u>

17. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é conforme segue:

Associação Flor Tâmega Apoio Deficientes
IPSS – Registo nº 38/2006 de 29 março

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outros gastos e perdas		
Impostos	2 588,98	59,79
Correcções periodos anteriores	17 240,51	77,62
Quotizações	105,00	105,00
	<u>19 934,49</u>	<u>242,41</u>

18. Juros e rendimentos similares obtidos

A decomposição da rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Juros Obtidos		
De depósitos	35,58	0,00
	<u>35,58</u>	<u>0,00</u>

O Contabilista Certificado

Eva Rodry

A Direção

Deena da Antónia Alacru